

AGRICULTURA FAMILIAR NO MARANHÃO: UMA BREVE ANÁLISE DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Family Farming in Maranhão: a brief analysis of the 2017 census of agriculture

Itaã Pastor Santos

Médico Veterinário. Doutor em Agronomia pela Universidade Técnica de Lisboa. Professor Adjunto 2 da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Av. Lourenço Vieira da Silva Jardim São Cristóvão. CEP: 65055-310, São Luís, MA - Brasil - Caixa-postal: 09 itaansantos@professor.uema.br

Marcelo Sampaio Carneiro

Engenheiro Florestal. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Associado 4 da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Centro de Ciências Humanas, Departamento de Sociologia e Antropologia. Av. dos portugueses s/n Bacanga. CEP: 65000-000. São Luís, MA – Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 (CNPq). marcelo.sampaio@ufma.br

José Sampaio de Mattos

Geógrafo. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professor Adjunto classe IV do Departamento de História e Geografia (UEMA). Centro de Educação Ciências Exatas e Naturais, Departamento de História E Geografia. Av. Paulo VI S/N. Tirirical. CEP: 65000-000. São Luís, MA – Brasil. sampaio.uema@gmail.com

Carlos Augusto de Oliveira Furtado

Economista. Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela UEMA. Técnico da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (AGERP). R. Granja Barreto, S/N - Outeiro da Cruz, São Luís - MA, CEP: 65065-545. caoaab@uol.com.br

Resumo: O presente artigo visa traçar um perfil da agricultura familiar no Maranhão, destacando sua estrutura e potencialidades, em 2017. A metodologia utilizada consistiu na análise dos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca do Censo Agropecuário de 2017, bem como recorreu à revisão de literatura sobre a dinâmica recente da agricultura maranhense. Os resultados obtidos procuram delinear o perfil da agricultura familiar maranhense, destacando alguns aspectos que ficaram mais evidenciados, como a importância na geração de ocupações e o peso crescente da produção de origem animal. Dentre os pontos mais preocupantes, foi possível verificar o baixo nível de escolaridade dos produtores e um acesso muito limitado aos serviços de assistência técnica.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Censo agropecuário 2017; Maranhão.

Abstract: This article aims to outline a profile of family farming in Maranhão, highlighting its structure, the family farming model the potentials, analyzing the main information provided by the 2017 Census of Agriculture. The methodology used consisted of analyzing the data published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) about the 2017 Agricultural Census, as well as in the literature review about the recent dynamics of agriculture in Maranhão. The results obtained seek to outline the profile of family farming in Maranhão, highlighting some aspects that became more evident, such as the importance in the generation of occupations and the growing weight that of the production of animal origin. Among the most worrying reports, it was possible to verify the low level of education of producers and very limited access to technical assistance services.

Keywords: Family Farmer; Agricultural Census 2017; Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar pode ser considerada uma forma de produção diferenciada, cuja característica principal reside no fato dela ser realizada por "[...] uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família" (LAMARCHE, 1993, P.15). Por outro lado, como destacam Schneider e Cassol (2014), a produção agro-silvo-pastoril oriunda dessa economia familiar é utilizada para o autoconsumo, mas também para a comercialização.

No presente estudo, esse conceito é operacionalizado a partir da definição legal estabelecida pela Lei n. 11.326/2006, que foi regulamentada pelo decreto presidencial n. 9.064, de 31/05/2017, que estabeleceu como critérios para a caracterização da agricultura familiar: (i) não deter área maior que quatro módulos fiscais; (ii) utilizar, no mínimo, metade do trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda do estabelecimento agropecuário; (iii) ter, no mínimo, metade da renda familiar originada do próprio estabelecimento; e (iv) que o estabelecimento seja dirigido pelo agricultor com sua família.

Isto posto, o objetivo central deste artigo é analisar o desenvolvimento recente da agricultura familiar maranhense, considerando as informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário de 2017, de acordo com a delimitação de algumas variáveis como as características dos estabelecimentos agropecuários, dos(as) produtores(as) e do pessoal ocupado; a evolução das principais lavouras (temporárias e permanentes) e dos rebanhos; e a movimentação financeira (valor da produção, principais receitas e despesas).

A metodologia adotada baseou-se no levantamento dos dados do Censo Agropecuário 2017, de acordo com a tipologia agricultura familiar versus agricultura não familiar. Após esse levantamento, os dados foram analisados e, sempre que possível, foram confrontados com estudos que destacam características centrais da agricultura familiar maranhense no que concerne à sua presença em atividades agrícolas tradicionais (CARNEIRO, 2013; 2017), na pecuária de corte (PORRO et al., 2004), na pecuária de

leite (LIMA NETO; CARNEIRO, 2019) e na produção agroextrativista (MESQUITA, 2001).

O artigo ficou organizado em cinco seções além desta introdução e das considerações finais. Na segunda seção, apresenta-se a situação dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição legal das terras e da condição do produtor. Na terceira seção, discute-se o perfil dos chefes dos estabelecimentos agropecuários, destacando variáveis como o nível de escolaridade e o acesso a informações e a assistência técnica. Na quarta seção, analisa-se a composição do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, procurando identificar as principais classes e grupos de atividade que respondem pela ocupação na agricultura familiar maranhense. A quinta seção discute a dinâmica da agricultura familiar, agora considerando os dados de produção, destacando as principais lavouras (temporárias e permanentes) e os principais rebanhos no Estado. A sexta seção aborda as informações acerca da movimentação financeira da agricultura familiar, considerando os dados sobre valor da produção, receitas e acesso ao crédito. Na conclusão, destacam-se as principais características identificadas, apontando alguns elementos que julgamos centrais para a compreensão da dinâmica atual da agricultura familiar no Estado do Maranhão.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR MARANHENSE SEGUNDO OS DADOS SOBRE OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS E A CONDIÇÃO DOS PRODUTORES

A agricultura maranhense tem, na sua história, uma trajetória que foi dominada por atividades orientadas para a exportação, como foi o caso das lavouras canavieira e algodoeira, nos séculos XVIII e XIX. Essas culturas, desenvolvidas a partir de grandes plantações, fizeram com que o Estado obtivesse destaque no cenário econômico nacional, o que levou Furtado (2000, p. 96) a destacar que, no final do século XVIII, o sistema econômico maranhense foi o único que alcançou algum nível de prosperidade na economia brasileira, devido ao forte crescimento da demanda internacional por algodão. Esse modelo de produção, no entanto, concen-

trou renda e terras, de forma que, com a crise do chamado ciclo do algodão no final do século XIX, as atividades empresariais enfrentaram uma situação de regressão econômica.

A partir dos anos 1930, com o desenvolvimento da indústria do óleo de babaçu, a economia estadual passou a ter nessa atividade o seu epicentro (MAY, 1990). O fortalecimento dessa atividade teve forte impacto no agrário estadual, impulsionando o extrativismo do coco babaçu, praticado por famílias de trabalhadores(as) rurais no interior de fazendas tradicionais ou em áreas ocupadas, na condição de posseiros. Contudo, como mostrou Mesquita (1988), a partir dos anos 1970 a produção de óleo de babaçu entrará em declínio, por força da concorrência com outros produtos agrícolas e da expansão da agropecuária incentivada no Estado.

Se o desenvolvimento da agropecuária incentivada (incentivos fiscais da Sudene e da Sudam) foi o principal vetor para o desenvolvimento da agricultura maranhense nos anos 1970 e 1980, ela foi também a principal responsável pelo crescimento do número de conflitos fundiários no Estado nesse período (ALMEIDA, 1983; CARNEIRO, 2013). A partir dos anos 1990, o desenvolvimento da sojicultura e dos plantios de eucalipto para o abastecimento da atividade siderúrgica e, posteriormente, da indústria de papel e celulose, seriam os setores econômicos com maior desenvolvimento, ocupando crescentes porções de terra e, por conseguinte, impactando fortemente as áreas ocupadas pela agricultura familiar (PAULA ANDRADE, 2008). Ao longo desse período, o espaço agrário maranhense foi sendo remodelado com a expansão de atividades de monocultura, típicas do agronegócio, mas, como veremos também, ao longo desse texto, pela manutenção e desenvolvimento de atividades econômicas sustentadas pela agricultura familiar.

Observados de uma perspectiva histórica, os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que a área e o número dos estabelecimentos agropecuários vêm tendo uma redução constante desde o Censo de 1985, muito embora existam críticas sobre a comparabilidade desse tipo de informação, uma vez que ocorreram modificações quanto ao período de coleta dos dados dos censos de 1995 e 2006 (FRANÇA;

DEL GROSSI; MARQUES, 2009). Apesar dessa ressalva, o elemento que mais se destaca no conjunto dos dados apresentados na Tabela 1, quando se considera o período 1985-2017, é a forte redução do número de estabelecimentos agropecuários e o crescimento da área média dos estabelecimentos, que passou de 29,25 hectares (1985) para 55,68 hectares (2017).

Tabela 1 – Evolução da área total e do número geral dos estabelecimentos agropecuários – Maranhão (1985 a 2017)

Ano	Área dos estabelecimentos (hectares)	Número de estabelecimentos
1985	15.548.267	531.413
1995	12.560.692	368.191
2006	13.033.568	287.039
2017	12.238.489	219.765

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A Tabela 2 apresenta as informações sobre a área e o número dos estabelecimentos agropecuários segundo a tipologia. Como pode ser verificado, a agricultura familiar responde pela maioria dos estabelecimentos maranhenses (85,14%), contudo, ocupa pouco menos de 1/3 da área total dos estabelecimentos agropecuários. Por sua vez, os estabelecimentos não familiares, que respondem por menos de 15% do total dos estabelecimentos, detêm cerca de 70% da área total dos estabelecimentos, sinalizando a persistência de uma forte concentração fundiária, mantendo uma tendência identificada em estudos anteriores (CARNEIRO, 2013).

Tabela 2 – Número e área dos estabelecimentos segundo a tipologia - Maranhão – 2017

Tipos de Agricultura	Estabelecimentos		Área total (ha)		Área média
	Número	%	Hectares	%	
Familiar	187.118	85,14	3.780.319	30,88	20,20
Não Familiar	32.647	14,85	8.458.170	69,11	284,61
Total	219.765	100,00	12.238.489	100,00	55,68

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

No que concerne à evolução da distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários por Grupos de Área Total, informação que possibilita a verificação dos principais movimentos no mercado de terras, os dados do Censo de 2017 mostram que ocorreu uma forte inflexão no movimento de desconcentração da posse/propriedade da terra que se iniciou nos anos 1980 no Estado do Maranhão, a partir de movimentos de luta pela terra e do processo de fragmentação da grande empresa agropecuária incentivada (CARNEIRO et al., 1998).

De acordo com os dados levantados, a somatória da área dos estabelecimentos que se situam nos estratos de área com maior presença da agricultura familiar (menos de 10, de 10 a menos de 100, de 100 a menos de 1.000 hectares), que, de 1985 para 2006, ampliaram sua representação na área total de 58,15% para 63,88% (+ 5,73), mas entre 2006 e 2017 tiveram uma forte redução, passando a ocupar somente 56,46% da área total dos estabelecimentos (Tabela 3).

Tabela 3 – Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários segundo Grupos de Área Total (em%) - Maranhão (1985 a 2017)

Grupos de área total	1980	1985	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	4,78	4,35	3,1	1,37	1,47
10 a menos de 100 ha	13,07	15,19	19,14	20,13	18,89
100 a menos de 1.000 ha	38,32	38,61	41,41	42,38	36,11
1.000 ha e mais	43,83	41,85	36,35	36,12	43,53
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na Tabela 4 apresenta-se a distribuição dos estabelecimentos da agricultura familiar por estratos de área. A partir dela é possível verificar que, em 2017, a maior parcela dos estabelecimentos desse grupo social encontra-se no estrato de até 10 hectares (57,21%), mas com uma representa-

tividade importante no estrato de 10 a menos de 100 hectares (29,42%). Em termos de área ocupada, esse estrato intermediário é o mais significativo (53,21%), vindo em seguida o estrato com áreas entre 100 e menos de 200 hectares (28,42%) e de 200 a menos de 500 hectares (13,85%).

Tabela 4 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, segundo os grupos de área total – Maranhão – 2017

Grupo de área total	Número dos estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Número	Em%	Número	Em %
Menos de 10 ha	107.059	57,21	158.208	4,18
10 a menos de 100 ha	55.054	29,42	2.011.754	53,21
100 a menos de 200 ha	8.185	4,37	1.074.444	28,42
200 a menos de 500 ha	2.253	1,20	523.735	13,85
500 a menos de 1.000 ha	2	0,001	X	---
1.000 ha a menos de 2.500 ha	4	0,002	6.000	0,15

Grupo de área total	Número dos estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Número	Em%	Número	Em %
2.500 ha a menos de 10.000 ha	1	0,0005	X	---
De 10.000 ha e mais	---	--	---	---
Produtor sem área	14.560	7,78	---	---
Total	187.118	100,00	3.780.319	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Obs.: De acordo com o IBGE, “os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão identificados” sendo destacados com a letra X.

A predominância de estabelecimentos de pequeno porte (até 10 hectares) diz respeito a diferentes tipos de situações na agricultura familiar maranhense, como é o caso dos agricultores das regiões urbanas e periurbanas (BRAGA, CARNEIRO, 2019), mas também, ao fato de que nas regiões de ocupação mais antiga, os processos de reforma agrária deram origem a estabelecimentos de pequeno porte, verdadeiros minifúndios, ao passo que os estabelecimentos de maior porte (10 a menos de 100 hectares) situam-se nas regiões de ocupação mais recente, nas regiões geográficas do Pindaré, de Imperatriz, do Gurupi, do Alto Mearim e Grajaú, cujos movimentos de ocupação de terra foram mais exitosos, obtendo a desapropriação de áreas mais extensas – geralmente de empresas

agropecuárias incentivadas – que permitiram a distribuição de lotes nas faixas de 30 a 50 hectares aos assentados (CARNEIRO et al., 1998).

No que concerne aos dados relativos à condição legal das terras, o Censo Agropecuário de 2017 mostrou que dos 187.118 estabelecimentos da agricultura familiar, cerca de 62% são de terras próprias, vindo em seguida (11,88%) as terras classificadas como “concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva” (Tabela 5), que no caso do Maranhão, correspondem principalmente aos assentamentos de reforma agrária sob gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e, em menor medida, do Instituto de Terras do Estado do Maranhão (Iterma). Com menor importância aparecem ainda as terras ocupadas (8,50%) e as terras arrendadas (6,89%).

Tabela 5 – Área e número dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo a condição legal das terras - Maranhão – 2017

Condição legal das terras	Número dos estabelecimentos		Área dos estabelecimentos	
	Número	Em %	Número	Em %
Próprias	116.347	62,17	3.277.408	86,69
Concedidas por órgão fundiário sem titulação	22.230	11,88	248.612	6,57
Arrendadas	12.900	6,89	37.035	0,97
Em parceria	6.368	3,40	53.128	1,40
Em regime de comodato	8.101	4,32	79.270	2,09
Ocupadas	15.917	8,50	84.867	2,24
Total	187.118	100,00	3.780.319	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Em termos de área, dos 3,7 milhões de hectares da agricultura familiar mostrados na Tabela 5, cerca de 87% são terras próprias, vindo em seguida (6,57%) de terras “sem titulação definitiva”, terras ocupadas (2,24%), em regime de comodato (2,09%) e em parceria (1,40%). Esse pequeno percentual de terras classificadas como ocupadas mostra que o movimento da frente de expansão camponesa para as chamadas “terras livres”, nos vales dos rios Mearim, Pindaré e Grajaú, que se desenvolveu com maior intensidade nos anos 1960/1970 (MUSUMECI, 1988) se esgotou, com a consolidação jurídica (Terras Próprias) da maior parte das áreas exploradas pela agricultura familiar.

Um aspecto, contudo, a respeito dos dados censitários referentes a questão da condição legal das terras deve ser destacado. Diz respeito a uma subestimação da área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar classificada como “concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação” que, no Maranhão, correspondem principalmente aos assentamentos de reforma agrária. Os dados do censo de 2017 apontaram, na rubrica da condição legal das terras, um total de 22.230 estabelecimentos nessa condição, com uma área de cerca de 250 mil hectares. Ora, de acordo com dados mais recentes do Incra e do Iterma haveria, nessa condição, cerca de 1.028 assentamentos de reforma agrária, com cerca de 132.301 famílias assentadas e uma área total de 4.741.258,65 hectares.

Vale destacar, porém, que essa forte diferença entre o número de assentamentos recenseados e a informação dos órgãos fundiários também foi verificada no Censo Agropecuário de 2006, cujo número de estabelecimentos, para todo o Brasil, passou de 189.191 para 575.101 estabelecimentos, após uma segunda contagem realizada pelo IBGE, que levou em consideração a localização dos entrevistados no perímetro dos assentamentos de reforma agrária. De acordo com Kageyama et al. (2013, p.109), essa discrepância teve como principal fator a dificuldade de identificação da situação legal da terra, por parte do produtor entrevistado, o que levou à forte subestimação dessa categoria no censo agropecuário.

Feita essa caracterização dos estabelecimentos agropecuários, na próxima seção analisare-

mos o perfil dos chefes dos estabelecimentos agropecuários, utilizando as informações relativas à condição do produtor, destacando aspectos como o nível de escolaridade e da assistência técnica recebida.

3 PERFIL DOS CHEFES DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES

Quanto às características do produtor, o primeiro dado que analisamos diz respeito à direção do estabelecimento (Tabela 6). De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a principal forma de direção dos estabelecimentos é a realizada diretamente pelo titular (81,33%), vindo em seguida os estabelecimentos dirigidos pelo casal (16,2%) e, em menor medida, os dirigidos por um encarregado ou pessoa com laço de parentesco com o titular (0,26%), outra pessoa (0,16%) e explorações comunitárias (0,12%). Ou seja, essa informação mostra que a responsabilidade pela administração e gestão do estabelecimento é feita quase que exclusivamente pelas famílias – enquanto produtor(a) individual ou pelo casal – e que a utilização de um terceiro (encarregado) é pouco usual, da mesma forma que explorações de natureza coletiva.¹

Tabela 6 – Direção dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo o sexo e o tipo de direção - Maranhão – 2017

Direção	Número	Em %
Produtor(a) titular diretamente	152.191	81,33
Casal (codireção)	29.980	16,02
Produtor(a) titular através de encarregado ou pessoa com laço de parentesco	4.419	2,37
Explorações comunitárias	226	0,12
Outra pessoa	302	0,16
Total	187.118	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

¹ Aqui é importante destacar que estamos tratando da gestão do lote familiar, o que não significa dizer que inexistam formas de cooperação em outras áreas do território ocupado pelas famílias, como nas áreas de remanescentes de quilombo ou reservas extrativistas, nas quais se verificam formas importantes de uso comum dos recursos naturais (PAULA ANDRADE, 2008).

Considerando as informações para a direção do estabelecimento, segundo o sexo e a faixa de idade, observamos que os estabelecimentos são dirigidos majoritariamente por homens (78,50%) e que somente cerca de 1/5 são dirigidos por mulheres (21,50%). Quanto à faixa de idade, a maior parte dos estabelecimentos é dirigida por pessoas nas faixas de idade de 45 a menos de 55 anos (23,35%), 55 a menos de 65 anos (21,75%) e 35 a menos de 45 anos (20,90%). Os jovens dirigem cerca de 3% dos estabelecimentos enquanto pessoas de 75 anos ou mais dirigem 5% dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 7).

Tabela 7 – Direção dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo o sexo e o tipo de direção - Maranhão – 2017

Faixa de idade	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Menor de 25 anos	3.954	1.752	5.706
De 25 a menos de 35 anos	17.351	6.392	23.743
De 35 a menos de 45 anos	30.232	8.889	39.121
De 45 a menos de 55 anos	34.642	9.066	43.708
De 55 a menos de 65 anos	32.656	8.054	40.710
De 65 a menos de 75 anos	19.919	4.344	24.263
De 75 anos e mais	8.126	1.741	9.867
Total	146.880	40.238	187.118

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Esses dados sobre a idade do(a) chefe do estabelecimento, que mostram o predomínio de pessoas mais velhas, coincidem com o argumento apresentado por Del Grossi (2016) acerca do aumento da idade das pessoas ocupadas nas atividades da agricultura familiar e, de forma mais direta, com os problemas de reprodução da agricultura familiar num plano mais geral, que se traduz na recusa dos(as) filhos(as) em assumirem os negócios familiares, preferindo a inserção em ocupações urbanas ou o casamento fora do seu grupo social. Ou seja, temos uma situação semelhante à observada por Champagne (2002), para o caso francês, de uma recusa da herança camponesa (ou agrícola), o que torna relevante o debate acerca da chamada “deser-

tificação do mundo rural” e a necessidade de políticas públicas para o estabelecimento dos jovens no campo.

Quanto ao nível de escolaridade, verificamos que 42,31% dos produtores que dirigem estabelecimentos agropecuários informaram que não sabem ler, contra 57,69% que disseram possuir essa habilidade (IBGE/Sidra, 2019). Ainda nesse quesito é possível verificar na Tabela 8 que cerca de 26% dos referidos produtores nunca frequentaram uma escola e que os níveis de escolaridade mais importantes indicados foram: “Classe de Alfabetização” (22,49%), Regular do ensino fundamental” (19,75%), “Antigo Primário” (14,46%), “e “Regular do ensino médio” (8,31%).

Tabela 8 – Nível de instrução do produtor (agricultor familiar) – Maranhão – 2017

Escolaridade	Total	Em %
Nunca frequentou escola	48.813	26,08
Classe de alfabetização - CA	42.097	22,49
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	3.897	2,08
Antigo primário (elementar)	27.048	14,45
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	8.183	4,37
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	36.969	19,75
EJA e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	593	0,31
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	404	0,002
Regular de ensino médio ou 2º grau	15.553	8,31
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	1.205	0,64
EJA e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	317	0,16
Superior - graduação	1.995	1,06
Mestrado ou doutorado	44	0,02
Total	187.118	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Essa informação sobre a escolaridade do(a) chefe do estabelecimento mostra, que apesar dos esforços observados para a redução da

taxa de analfabetismo na população rural no Estado², ela se mantém num patamar elevado, principalmente entre as pessoas de mais idade. Além de um problema social importante, o baixo nível de escolaridade pode representar um entrave significativo no acesso desses (as) chefes de estabelecimento a políticas públicas e/ou a obtenção de informações para a gestão mais adequada de suas propriedades rurais, como mostram os dados acerca da forma de obtenção de informações técnicas pelo estabelecimento, que, para o caso da agricultura familiar, indicam que cerca de 94.305 estabelecimentos agropecuários, 50,39% do total, responderam não terem obtido informações técnicas (IBGE/SIDRA, 2019).

De fato, o acesso a conhecimento técnico é um grave entrave para a agricultura familiar maranhense. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, o número de produtores que receberam assistência técnica no Estado é bastante reduzido, seja da agricultura familiar ou da agricultura não-familiar. No caso da agricultura familiar, o percentual dos que informaram ter recebido assistência técnica foi de apenas 2,89%, ou seja, 5.408 estabelecimentos familiares em um universo de 187.118. Vale destacar que, para a Região Nordeste, apesar de pequeno, o dado é um pouco melhor, correspondendo a 7,33% (134.829 produtores em um universo de 1.838.846 estabelecimentos familiares). Quando desagregados os dados da Tabela 9, relativos à origem da assistência técnica recebida, percebe-se que a principal fonte é o governo (59,04%), vindo em seguida as categorias “Própria ou do produtor” (18,23%), de Cooperativas (5,07%), Empresas Integradoras (3,03%) e o Sistema S (2,29%)³.

Após a apresentação do perfil das pessoas na direção dos estabelecimentos agropecuários,

que mostrou a predominância de agricultores do sexo masculino e de baixa escolaridade na gestão das atividades, discutiremos, na próxima seção, as características do conjunto do pessoal ocupado pela agricultura familiar.

Tabela 9 – Origem da assistência para os estabelecimentos da agricultura familiar que receberam assistência técnica - Maranhão (2017)

Origem da assistência técnica	Produtores assistidos	
	Número	Em %
Governo	3.290	59,04
Própria ou do produtor	1.016	18,23
Cooperativas	283	5,07
Empresas Integradoras	169	3,03
Sistema S	128	2,29
Organização Não governamental	95	1,70
Empresas privadas de planejamento	66	1,18
Outra	525	9,42
Total	5.572	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019)

4 CARACTERÍSTICAS DO PESSOAL OCUPADO

A agricultura familiar responde pela ampla maioria das ocupações no espaço agrário maranhense, pois, das 898.046 pessoas ocupadas, 697.236 (77,64%) encontram-se em estabelecimentos da agricultura familiar, ao passo que 200.810 trabalham na agricultura não familiar. Na Tabela 10, destaca-se o pessoal ocupado segundo a tipologia e o sexo. Nela, pode-se observar que a agricultura familiar é fortemente masculina, com 80,01% de homens no total do pessoal ocupado e que o total de mulheres ocupadas na agricultura familiar é 6,2 vezes superior ao da agricultura não familiar, ao passo que a proporção de homens na agricultura é somente 3,4 vezes à da agricultura não familiar.

2 Depois da realização do I Censo da Reforma Agrária do Brasil, em 1997, no qual ficou constatado o alto nível de analfabetismo nos assentamentos de reforma agrária, houve um esforço de parte do governo federal para a promoção de cursos de alfabetização de jovens e adultos (EJA). Mais recentemente, o governo estadual lançou o Programa “Sim, eu posso!”, voltado para a erradicação do analfabetismo em trinta municípios com menor IDH do Estado.

3 A somatória dos estabelecimentos com a origem da assistência técnica (5.572) é maior do que a informação, também obtida na Tabela 6779 (SIDRA/IBGE), do total de estabelecimentos que receberam (5.408), o que pode significar que um informante respondeu ter recebido orientação de mais de um agente indicado na tabela.

Tabela 10 – Pessoal ocupado segundo a tipologia familiar e não familiar e o sexo - Maranhão – 2017

Tipologia	Homens		Mulheres		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Familiar	557.800	80,01	139.436	19,99	697.236	100,00
Não Familiar	163.605	81,47	22.338	18,52	200.810	100,00
Total	721.405	80,33	161.774	18,02	898.046	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Quando se considera o pessoal ocupado na agricultura familiar segundo os grupos de atividade, pode-se verificar que as lavouras temporárias representam a atividade que gera o maior número de ocupações na agricultura maranhense (51,78%), vindo em seguida a criação de pequenos e grandes animais (37,66%), principalmente a pecuária bovina (262.575 pessoas), e o manejo de florestas naturais (6,28), como no caso do extrativismo do coco babaçu e da produção do carvão vegetal (Tabela 11). Vale destacar que no caso das lavouras temporárias, a principal ocupação se situa na produção de cultivos como a mandioca e o arroz, conforme identificado por alguns estudos (ANDRADE; SOUZA FILHO, 2006; CARNEIRO, 2017)

Tabela 11 – Pessoal ocupado na agricultura familiar por grupos de atividade - Maranhão – 2017

Grupos de atividade	Pessoas ocupadas	
	Total	Em %
Lavouras temporárias	361.001	51,78
Lavouras permanentes	13.512	1,94
Horticultura e floricultura	9.390	1,35
Pecuária e criação de outros animais	262.575	37,66
Florestas plantadas	1.534	0,22
Florestas nativas	43.810	6,28
Pesca	2.106	0,30
Aquicultura	3.267	0,47
Produção de sementes e mudas	41	0,01
Total	697.236	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/Sidra, 2019).

Na Tabela 12 apresentamos os dados do pessoal ocupado considerando os dois principais grupos de atividade econômica e sua distribuição regional, de acordo com a nova classificação elaborada pelo IBGE que estabelece as Regiões Geográficas Intermediárias e as Regiões Geográficas Imediatas (IBGE, 2017) que, grosso modo, substituem as antigas mesorregiões e microrregiões geográficas. De acordo com esses dados, é possível identificar certa divisão regional do trabalho na atividade agropecuária maranhense, pois enquanto as atividades das lavouras temporárias – principalmente a lavoura de mandioca e de arroz – se concentram na Região Geográfica Intermediária de São Luís⁴ (61,30%), que aglutina os municípios localizados no litoral ocidental e oriental maranhense, as atividades da pecuária e criação de outros animais se distribuem em três regiões intermediárias, Imperatriz (31,25%), São Luís (26,50%) e Santa Inês-Bacabal (25,10%).

Tabela 12 – Pessoas ocupadas na agricultura familiar segundo principais grupos de atividade econômica e regiões geográficas intermediárias - Maranhão – 2017

Região Geográfica Intermediária	Grupos de atividade econômica			
	Lavouras temporárias		Pecuária e criação de outros animais	
	Número	Em %	Número	Em %
São Luís	221.239	61,30	69.610	26,50
Santa Inês – Bacabal	35.945	9,90	66.011	25,10
Caxias	50.119	13,90	17.338	6,60
Presidente Dutra	24.069	6,60	27.602	10,51

Região Geográfica Intermediária	Grupos de atividade econômica			
	Lavouras temporárias		Pecuária e criação de outros animais	
	Número	Em %	Número	Em %
Imperatriz	29.629	8,20	82.014	31,25
Total	361.001	100,00	262.575	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Vale destacar, ainda, que ao gerarmos os dados de pessoal ocupado para as classes de atividade da lavoura temporária (IBGE/SIDRA, 2019), considerando tanto a agricultura familiar como a não familiar, a cultura da soja aparece somente com 6.413 pessoas ocupadas, confirmando os estudos que destacam o caráter capital-intensivo dessa cultura e sua fraca capacidade de geração de postos de trabalho no campo (SCHLESINGER et al., 2008).

Nesta seção, elaboramos um perfil do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias no Maranhão, desagregando os dados pela tipologia, pelos grupos de atividade econômica e pela divisão em regiões geográficas, conforme nova classificação proposta pelo IBGE (2017). Na seção seguinte nos ocuparemos da dinâmica da atividade agropecuária no Estado, considerando o valor da produção para a agricultura familiar e não familiar, bem como a distribuição da produção pelos diferentes tipos de atividades agropecuárias.

5 DINÂMICA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MARANHÃO

De acordo com os dados do Censo Agropecuário, em 2017, a agropecuária maranhense obteve um valor total de R\$ 7.238.745.000,00 (Tabela 13). Desse total, a agricultura familiar respondeu por cerca de ¼. Contudo, como destacam Schneider e Cassol (2014, p. 92), esses dados devem ser analisados com cuidado, pois existem muitos estabelecimentos da agricultura familiar “[...] que realizam/possuem produção que resulta de atividades agropecuárias, mas que não a vendem [...]”, ou seja, que se direcionam para o autoconsumo da família ou como insumos intermediários que são utiliza-

dos em outras atividades produtivas (adubação, alimentação animal etc.), e que fazem parte de uma estratégia de segurança alimentar e/ou de relação com o mercado.

Tabela 13 – Participação no valor total da produção, segundo a tipologia e o tipo de produção – Maranhão – 2017

Tipologia/Tipo de Produção	Animal	Vegetal	Total (em mil reais)	Total (em %)
Familiar	1.033.113	826.829	1.859.942	25,69
Não familiar	1.800.145	3.578.658	5.378.803	74,31
Total	2.833.258	4.405.487	7.238.745	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Uma questão importante a ser observada diz respeito à distribuição do valor da produção da agricultura familiar segundo o tipo de produção (animal ou vegetal). De acordo com os dados levantados (Tabela 14), verifica-se que os produtos de origem animal respondem por 55,54% do valor da produção, com destaque para a participação dos animais de grande porte (bovinocultura). Por sua vez, os produtos de origem vegetal respondem por 44,45% do valor produzido, ressaltando-se aí o peso dos produtos das lavouras temporárias, com 30,83% do total e do extrativismo vegetal (7,12%), com destaque para a produção de coco babaçu.⁵

Tabela 14 – Distribuição do valor da produção dos estabelecimentos da agricultura familiar segundo a natureza da produção – Maranhão – 2017

Origem da produção	Tipo	Valor (em mil reais)	Participação (em %)
Animal	Total	1.033.113,00	55,54
	Grande Porte	868.656,00	46,70
	Médio Porte	62.271,00	3,34
	Aves	65.685,00	3,53
	Pequenos Animais	32.544,00	1,74

⁵ De acordo com os dados da Pesquisa da Produção Vegetal e Silvicultura, em 2018, o Maranhão concentrou quase 93,0% da produção nacional de amêndoas de babaçu.

Origem da produção	Tipo	Valor (em mil reais)	Participação (em %)
	Total	826.829,00	44,45
	Lavouras Permanentes	47.243,00	2,54
	Lavouras Temporárias	573.444,00	30,83
Vegetal	Horticultura	60.720,00	3,26
	Floricultura	1.320,00	0,07
	Silvicultura	11.507,00	0,61
	Extração Vegetal	132.599,00	7,12
Total	Animal e Vegetal	1.859.942,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na Tabela 15 é possível perceber que as culturas relacionadas à agricultura familiar (arroz, feijão fradinho e mandioca) se apresentam com uma produção bem menor que a das culturas não familiares (cana-de-açúcar, milho e soja), mas pode-se estabelecer uma relação entre a produção e a área colhida, além dos investimentos, para explicar esses dados. A área colhida das três primeiras culturas é de 154.155 ha, enquanto a soma das três últimas é de 1.053.696 ha, ou seja, quase sete vezes maior (IBGE/SIDRA, 2019). Essa relação, somada a um conjunto de outros elementos como níveis de tecnologias e insumos, permite compreender a diferença tão marcante. Chama a atenção, os dados relativos à cultura do milho, que sempre esteve relacionada com a agricultura e que nos últimos anos passou a ser produzida por agricultores não familiares e já no Censo Agropecuário 2017, apresenta um percentual de apenas 7,8% do total da produção no grupo dos agricultores familiares.

Tabela 15 – Participação da agricultura familiar na produção das principais lavouras do Maranhão – 2017

Tipo de lavoura	Produção total (em ton) (A)	Produção da agricultura familiar (em ton. (B))	B/A (%)
Arroz	135.538	87.955	64,89
Cana-de-açúcar	2.129.116	20.868	0,98

Tipo de lavoura	Produção total (em ton) (A)	Produção da agricultura familiar (em ton. (B))	B/A (%)
Feijão fradinho	16.842	6.358	37,75
Mandioca	222.092	195.028	87,81
Milho	1.416.342	110.339	7,79
Soja	1.939.221	7.030	0,36

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A produção da agricultura familiar maranhense tem voltado a crescer, em especial a rizicultura que, segundo informação do site Planeta Arroz,⁶ apresentou uma produtividade 49,7% maior que a safra de 2011/2012. No entanto, o Estado ainda não é autossuficiente nesse produto, mesmo já sendo o 5º produtor nacional e o 1º do Nordeste. Em relação ao feijão, o Maranhão tem uma produção pequena só ocupando a 5ª posição do Nordeste, mas com um grande potencial de crescimento, como acontece com o arroz. Quanto à mandioca o Estado é o segundo produtor do Nordeste em área plantada, destacando-se por ter plantios em praticamente todas as comunidades rurais dos seus municípios, garantindo autossuficiência na produção de mandioca (SAGRIMA, 2016).

Na Tabela 16 destacam-se informações acerca dos principais rebanhos da agricultura familiar no Maranhão. De acordo com esses dados, em termos percentuais, a participação da agricultura familiar é mais forte na suinocultura, caprinocultura e avicultura, com mais da metade do rebanho nessas atividades. Contudo, deve-se destacar a crescente relevância econômica que a bovinocultura⁷ vem assumindo para a agricultura familiar, principalmente no que concerne à pecuária leiteira (LIMA NETO; CARNEIRO, 2019) e, em menor medida, da avicultura para os agricultores familiares localizados em regiões periurbanas, como no caso da Aglomeração Urbana de São Luís (BRAGA, CARNEIRO, 2019).

6 Disponível em: https://www.planetaarroz.com.br/artigos/225/_Maranhao_o_despertar_de_um_gigante.

7 Contudo, deve-se registrar que segundo dados da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED), o número total de bovinos apresentado pelo Censo encontra-se subestimado, apresentando uma diferença de cerca de um milhão de cabeças em relação aos dados de cadastro da agência maranhense de defesa agropecuária (ALMEIDA, 2019).

Tabela 16 – Participação da agricultura familiar nos principais rebanhos – Maranhão – 2017

Tipo de rebanho	Número de cabeças total (A)	Número agricultura familiar (B)	B/A*100 (%)
Suínos	622.592	492.302	79,07
Caprinos	250.871	165.970	66,15
Aves*	9.605.237	4.903.249	51,05
Ovinos	193.141	93.497	48,40
Bovinos	5.419.044	2.246.532	41,46

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nota: (*) Galinhas, galos, frangos, frangas e pintos.

Como foi possível verificar nesta seção, a agricultura familiar maranhense tem na criação de grandes animais, na produção da lavoura temporária e, em menor medida, no extrativismo do coco babaçu seus principais sustentáculos, em termos de valor da produção. Na seção seguinte, discutiremos as informações acerca da movimentação financeira dos estabelecimentos da agricultura familiar, destacando especialmente o papel do crédito no financiamento das atividades da agricultura familiar.

5 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES NO MARANHÃO

Conforme os dados analisados, somente 20.463 estabelecimentos agropecuários maranhenses tiveram acesso ao crédito em 2017. Desse total, a maioria foi de estabelecimentos da agricultura familiar (81,94%). Contudo, apesar dessa predominância, vale destacar que esse número (16.768) representa apenas 8,96% do total dos estabelecimentos da agricultura familiar no Estado⁸, ao passo que os 3.695 estabelecimentos da agricultura não familiar que obtiveram financiamento representam 11,31% do total dos estabelecimentos desse grupo de produtores (IBGE/SIDRA, 2019).

Na Tabela 17, indica-se o número de estabelecimentos com acesso ao crédito segundo a tipologia e o agente responsável pelo financiamento. Como pode ser verificado, os bancos representam os principais agentes do financiamento para os dois tipos de agricultura, vindo em seguida os governos e as cooperativas de crédito.

Tabela 17 – Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento por agente responsável por financiamento segundo a tipologia – Maranhão – 2017

Agente responsável pelo financiamento	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar	
	Número	Em %	Número	Em %
Bancos	15.463	92,21	3.395	91,88
Cooperativas de crédito	348	2,07	69	1,86
Governos	1.100	6,56	245	6,63
Comerciantes de matéria-prima	9	0,05	12	0,32
Fornecedores (insumos e/ou equipamentos)	1	0,005	15	0,40
Empresa integradora	10	0,05	34	0,92
Outras instituições financeiras	111	0,66	27	0,73

⁸ De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, 28.313 estabelecimentos agropecuários tiveram acesso a financiamento, dos quais 25.253 estabelecimentos da agricultura familiar, o que correspondeu a 9,63% do total dos estabelecimentos desse segmento. Ou seja, houve uma pequena redução no número de estabelecimentos da agricultura familiar com financiamento conforme identificado pelo Censo Agropecuário de 2017.

Agente responsável pelo financiamento	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar	
	Número	Em %	Número	Em %
Organização Não Governamental (ONG)	13	0,07	2	0,05
Parentes ou amigos	44	0,26	7	0,18
Outro agente	46	0,27	21	0,56
Total	16.768	100,00	3.695	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A Tabela 18 analisa o número de financiamentos recebidos pela agricultura familiar, de acordo com os grupos de atividade econômica. De forma semelhante ao que ocorreu com os dados para o pessoal ocupado, verifica-se uma concentração do financiamento em duas atividades econômicas, “pecuária e criação de outros animais” (50,96%) e “produção de lavouras temporárias” (36,58%), vindo em seguida, com muito menor destaque, as atividades de “produção florestal – florestas nativas” (6,42%). A forte presença do grupo “pecuária e criação de outros animais” está relacionada com diferentes fatores, pois, mesmo enfrentando algumas dificuldades de acesso ao crédito, pela burocracia estabelecida nas instituições bancárias, os técnicos elaboradores de projetos priorizam e convencem os pequenos produtores a utilizar os recursos do Pronaf em projetos com criação de gado bovino. Para esses técnicos, o gado bovino é garantia de que haverá retorno econômico com os projetos e, consequentemente, os empréstimos serão pagos sem qualquer tipo de inadimplência (SANTOS, 2011).

Tabela 18 – Número de estabelecimentos da agricultura familiar com financiamento, por grupos de atividade econômica - Maranhão – 2017

Grupos de atividade econômica	Estabelecimentos	Estabelecimentos (%)
Produção de lavouras temporárias	6.134	36,58
Horticultura e floricultura	374	2,23
Produção de lavouras permanentes	409	2,43

Grupos de atividade econômica	Estabelecimentos	Estabelecimentos (%)
Produção de sementes e mudas certificadas	3	0,01
Pecuária e criação de outros animais	8.546	50,96
Produção florestal – florestas plantadas	76	0,45
Produção florestal – florestas nativas	1.078	6,42
Pesca	50	0,29
Aquicultura	98	0,58
Total	16.768	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

São diversos os motivos para que um pequeno número de estabelecimentos da agricultura familiar tenha acesso ao crédito rural. De acordo com dados coligidos por Castro (2012), baseado no Censo Agropecuário de 2006, para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários, o principal fator indicado para o não acesso (43% dos informantes) foi a falta de interesse, vindo a seguir o receio de contrair dívidas (24,28%) e aspectos burocráticos (11,59%). Não foi possível verificar no Censo de 2017 se esse conjunto de fatores que dificultam o acesso ao crédito rural se manteve. Contudo, dada a experiência dos autores do artigo no trabalho de acompanhamento de organizações de representação da agricultura familiar no Estado, acreditamos que eles continuam bastante pertinentes, ao que deve ser adicionado, como vimos na seção 3 desse estudo, o baixíssimo nível de assistência

técnica, privada ou pública, aos agricultores familiares no Maranhão.

Ou seja, os dados analisados apontam para a necessidade de fortalecimento da assistência técnica e do desenvolvimento de ações por parte dos agentes responsáveis para que o crédito rural chegue a um maior número de produtores familiares. Por outro lado, verificou-se que no restrito número de estabelecimentos que tiveram acesso ao crédito, este se concentrou em dois grupos de atividade econômica (pecuária e produtos das lavouras temporárias), mostrando a existência de um amplo leque de outras atividades que podem ser incentivadas, como o caso de produtos hortícolas, da atividade da aquicultura e de produtos do extrativismo vegetal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 confirmam algumas tendências que se observavam na agricultura maranhense a partir da análise de outras fontes de dados (PNAD, Censo Demográfico, Produção Agrícola Municipal, Pesquisa Pecuária Municipal), caso da expansão da lavoura da soja, do crescimento da pecuária leiteira e da retração de produtos da lavoura temporária, tradicionalmente praticada pela agricultura familiar (arroz e mandioca).

Do ponto de vista específico da agricultura familiar, destacam-se alguns aspectos importantes: a continuação de sua centralidade na agricultura maranhense, a diminuição do número de pessoas ocupadas, uma mudança no perfil produtivo e a redução no número de estabelecimentos.

Como destacamos ao longo do artigo, a agricultura familiar maranhense é, de longe, a principal forma de organização das atividades agropecuárias no Estado. Ela representa 85,14% dos estabelecimentos agropecuários, absorve cerca de 77,64% do pessoal ocupado, apesar de utilizar somente 30,88% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Entretanto, apesar dessa importância, os dados do Censo Agropecuário apontam para uma redução do número de pessoas ocupadas, diminuição que segundo dados coligidos em outro estudo (CARNEIRO, 2017), vêm ocorrendo principalmente entre os chamados “membros não remunerados da famí-

lia”, ou seja, entre os jovens que auxiliam o(a) chefe do estabelecimento agropecuário.

Outro aspecto importante diz respeito à redução da área dos estabelecimentos da agricultura familiar, o que é uma expressão do processo de expansão de atividades do chamado agronegócio no Maranhão, principalmente da atividade sojícola e das plantações florestais para produção de celulose. Contudo, uma análise mais acurada desse processo exigiria uma abordagem intertemporal dos dados censitários, procurando observar as modificações que ocorreram nas diferentes regiões do Estado, tomando como base o observado no Censo Agropecuário de 2006.

Do ponto de vista das atividades agrossilvopastoris realizadas nos estabelecimentos da agricultura familiar, duas tendências se destacam: a manutenção da importância de produtos tradicionais da lavoura temporária (arroz e mandioca) e o crescimento da importância da atividade pecuária.

No primeiro caso, apesar da redução da quantidade produzida, foi possível verificar que as atividades da lavoura temporária, especialmente a mandiocultura, são predominantes na região intermediárias de São Luís, enquanto a atividade pecuária encontra-se mais distribuída pelo conjunto das regiões do Estado, mas com uma concentração do rebanho leiteiro e da cadeia produtiva de leite e queijo na região de Imperatriz (CARNEIRO et al., 2020).

Outros aspectos importantes identificados dizem respeito à fragilidade dos serviços de assistência técnica no Estado (pois somente 2,89% dos agricultores familiares entrevistados informaram ter acesso a algum tipo de apoio técnico) e o ainda elevado nível de analfabetismo observado entre as pessoas que dirigem os estabelecimentos da agricultura familiar. Tomados em conjunto, esses dois indicadores apontam para a importância do desenvolvimento de políticas públicas nessas duas áreas (Educação e Assistência Técnica), de forma a preparar esses agricultores para os desafios que vêm sendo colocados para a atividade em todo o mundo, que estão relacionados com a questão da qualidade dos produtos e a sustentabilidade ambiental das explorações agropecuárias.

Por último, mas não menos importante, vale registrar que os dados aqui apresentados dizem

respeito à dinâmica geral da agricultura familiar que, por certo, obscurecem diferenças importantes que marcam a agricultura familiar maranhense, caracterizada por grande diversidade de atores sociais e de manejo de ecossistemas, além de diferentes trajetórias históricas. Nesse sentido, eles abrem o caminho para a necessidade de realização de outros estudos, de caráter mais setorial (análise de cadeias produtivas, por exemplo) e com diferentes escalas territoriais de análise.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1983.
- ALMEIDA, V. M. **Variabilidade espacial do rebanho bovino no estado do Maranhão**. Dissertação (Mestrado Bionorte) – Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019.
- ANDRADE, M. P. **Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. 2. ed., São Luís: EDUFMA, 2008.
- _____. Os Gaúchos Descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís: EDUFMA, 2008.
- ANDRADE, M. P.; SOUZA FILHO, B. **Fome de farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 1, p. 123-142, jan./mar. 2018.
- BRAGA, C. L.; CARNEIRO, M. S. Mudanças na agricultura familiar periurbana da microrregião da aglomeração urbana de São Luís: uma análise a partir dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. **Raízes**, v. 39, n. 2, p. 241-261, 2019. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/109/96>. Acesso em: 04 de abr. 2020.
- CARNEIRO, J. F.; CARNEIRO, M. S.; LIMA NETO, E. J. O desenvolvimento da agricultura familiar e sua inserção na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz: principais características e desafios socioeconômicos. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 14, n.1, p.75-100, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/7853>. Acesso em: 10 mar. 2020
- CARNEIRO, M. S. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013.
- _____. Principais características e transformações recentes no mercado de trabalho agrícola no estado do Maranhão: uma análise dos censos demográficos de 2000 e 2010. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Rio de Janeiro: ABET, p. 1-16, 2017. **Anais...**, Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BzewPTIXjDnnQ0dMYnlibWQwakE/view>. Acesso em: 04 de abr. 2020.
- CARNEIRO, M. S.; ANDRADE, M. P.; MESQUITA, B. A. Assentamentos e ações de reforma agrária no Maranhão. In: SCHMIDT, B. V. et al (Orgs). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1998, p.257-280.
- CASTRO, C. N. **A agricultura no nordeste brasileiro. Oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. Texto para Discussão nº 1786. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1011/1/TD_1786.pdf. Acesso em 25 fev. 2020.
- CHAMPAGNE, P. **L'héritage refusé: la crise de la reproduction sociale de la paysannerie française (1950-2000)**. Paris: Ed. du Seuil, 2002.
- DEL ROSSI, M. **Agricultura familiar, ocupação e mercado de trabalho: 2004 – 2014**. Rio de Janeiro: OPPA/CPDA/UFRRJ, 2016. (Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/083/BRA)

DEL GROSSI, M.; MARQUES, V. P. M. A.; FRANÇA, C. G.. **Os censos agropecuários e as novas possibilidades para o desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 32 p.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. de A. **O Censo Agropecuário de 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília, NEAD/MDA, 2009.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Publifolha, 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 3 fev. 2020.

IBGE. **Censo Agropecuário, 2017**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 3 fev. 2020.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P.; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n.1, p.105-122, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100006. Acesso em: 10 mar. 2020

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: ed. da Unicamp, 1993. (Volume 1).

LIMA NETO, E. J.; CARNEIRO, M. S. Dois mundos em disputa: a regulamentação sanitária oficial e as interações entre a convenção doméstica e a convenção industrial na cadeia produtiva do leite no Maranhão. **Política & Sociedade (UFSC)**, v. 18, n.43, p. 162-191, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2019v18n43p162>. Acesso em: 10 mar. 2020

MAY, P. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do Babaçu**. São Luís: Emapa/Finep/Fundação Ford, 1990.

MESQUITA, B. A. de. A crise da economia do babaçu no Maranhão (1920-80). **Revista de Políticas Públicas (UFMA)**, v. 2, n. 2, p.1-13, 1996.

MENDES, Diana P; SOUZA FILHO, Benedito. Nem soja, nem gaúcho: autonomia camponesa e governança ambiental na Resex Chapada Limpa/MA. **Revista de Antropologia**, v.6, n.2, p.513-531, 2017.

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta**. Colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1988.

PAULA ANDRADE, M. **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa**. São Luís: EDUFMA, 2008.

PORRO, R.; MESQUITA, B. A.; SANTOS, I. J. P. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia**: Maranhão, Brasil. Brasília: EDUNB, 2004.

SAGRIMA, **Perfil da agricultura maranhense**. São Luís, dezembro/2016.

SANTOS, I. J. P. **Impactos causados pela bovinocultura nos assentamentos de reforma agrária do Maranhão: segurança alimentar, modificação da paisagem e transformações regionais**. Tese (Doutorado Agronomia) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, p.226, 2011.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p.227-263, 2014.

SCHLESINGER, S.; NUNES, S. P.; CARNEIRO, M. S. **A agricultura familiar da soja e o monocultivo no Maranhão**. Rio de Janeiro: FASE, 2008.